

## **ANEXO IX – MATRIZ DE RISCOS**

RISCO	ALOCAÇÃO	MITIGAÇÃO
<b>RISCOS DO PROJETO</b>		
<p>Erros ou omissões nos projetos básico e executivo elaborados pela CONCESSIONÁRIA</p>	<p>PRIVADO</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Regularização pela CONCESSIONÁRIA, sem reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO</li> <li>• Execução de seguros contratados</li> <li>• Execução da garantia de execução</li> <li>• Aplicação de sanções contratuais</li> </ul>
<p>Mudanças nos projetos a pedido do PODER CONCEDENTE que acarretem aumento de custos ou despesas não previstas inicialmente</p>	<p>PÚBLICO</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO</li> <li>• Repactuação das metas e prazos</li> </ul>
<p>Falhas na execução das obras concernentes ao objeto da CONCESSÃO</p>	<p>PRIVADO</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Regularização pela CONCESSIONÁRIA, sem reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO</li> <li>• Execução de seguros contratados</li> <li>• Execução da garantia de execução</li> </ul>

RISCO	ALOCAÇÃO	MITIGAÇÃO
		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aplicação de sanções contratuais</li> </ul>
<b>RISCOS DE ENGENHARIA E DE OPERAÇÃO</b>		
Atraso na entrega de BENS REVERSÍVEIS pelo PODER CONCEDENTE	PÚBLICO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO</li> <li>• Repactuação das metas e prazos</li> </ul>
Atraso na entrega das áreas no interior das CMRs para a implantação dos galpões de triagem manual e das unidades de compostagem aeróbia ou alteração do(s) local(is) da(s) CMR(s)	PÚBLICO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO</li> <li>• Repactuação das metas e prazos</li> </ul>
Atraso na adoção das providências de responsabilidade dos MUNICÍPIOS relativas à desapropriações, instituição de servidões administrativas, estabelecimento de limitações administrativas e autorizações para ocupação temporária dos bens necessários à execução do objeto do CONTRATO	PÚBLICO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO</li> <li>• Repactuação das metas e prazos</li> </ul>
Atraso na obtenção de licenças, permissões e autorizações de responsabilidade da	PRIVADO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Regularização pela CONCESSIONÁRIA, sem</li> </ul>

RISCO	ALOCAÇÃO	MITIGAÇÃO
CONCESSIONÁRIA, em razão de fatos ou atos a ela imputáveis		reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO <ul style="list-style-type: none"> <li>• Execução da garantia de execução do CONTRATO</li> <li>• Aplicação de sanções contratuais</li> </ul>
Prejuízos decorrentes de eventual paralisação da prestação dos serviços, por ato ou fato imputável à CONCESSIONÁRIA	PRIVADO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Regularização pela CONCESSIONÁRIA, sem reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO</li> <li>• Execução de seguros contratados</li> <li>• Execução da garantia de execução</li> <li>• Aplicação de sanções contratuais</li> </ul>
Danos comprovadamente causados pela CONCESSIONÁRIA aos imóveis vizinhos à execução das obras concernentes ao objeto da CONCESSÃO, de acordo com limites e critérios definidos no CONTRATO	PRIVADO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Regularização pela CONCESSIONÁRIA, sem reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO</li> <li>• Execução de seguros contratados</li> <li>• Execução da garantia de execução</li> </ul>

RISCO	ALOCAÇÃO	MITIGAÇÃO
		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aplicação de sanções contratuais</li> </ul>
<p>Roubos, furtos, destruição, perdas ou avarias nos BENS REVERSÍVEIS ou nos próprios bens da CONCESSIONÁRIA, cuja materialização não tenha sido provocada por ato ou fato imputável ao PODER CONCEDENTE</p>	<p>PRIVADO</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Execução de seguros contratados</li> <li>• Execução da garantia de execução</li> <li>• Aplicação de sanções contratuais</li> </ul>
<p>Roubos, furtos, destruição, perdas ou avarias nos bens e equipamentos existentes nas CMRs e nos GALPÕES DE TRIAGEM MANUAL, exceto aqueles de propriedade da CONCESSIONÁRIA</p>	<p>PÚBLICO</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reequilíbrio econômico-financeiro</li> <li>• Reparação do prejuízo pelo PODER CONCEDENTE</li> </ul>
<p>Responsabilidade civil, administrativa, criminal e ambiental por danos decorrentes da execução do objeto do CONTRATO, com exceção de obrigações e passivos atribuídos ao PODER CONCEDENTE</p>	<p>PRIVADO</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Regularização pela CONCESSIONÁRIA, sem reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO</li> <li>• Execução de seguros contratados</li> <li>• Execução da garantia de execução, se for o caso</li> <li>• Aplicação de sanções contratuais, se for o caso</li> </ul>

RISCO	ALOCAÇÃO	MITIGAÇÃO
Passivos e prejuízos, relacionados à prestação dos SERVIÇOS, decorrentes de atos ou fatos ocorridos ou originados antes da DATA DE INÍCIO DOS SERVIÇOS	PÚBLICO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO</li> <li>• Repactuação das metas e prazos</li> </ul>
Descumprimento pelo PODER CONCEDENTE de suas obrigações contratuais ou regulamentares, incluindo, mas não se limitando, à inobservância dos prazos que lhe sejam aplicáveis, previstos no CONTRATO e/ou na legislação vigente	PÚBLICO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO</li> <li>• Repactuação das metas e prazos</li> </ul>
Vícios ocultos nas CMRs e em eventuais BENS REVERSÍVEIS, assim considerados aqueles não apontados no inventário apresentado pelo PODER CONCEDENTE e que não puderem ter sido identificados pela CONCESSIONÁRIA, por motivos não imputáveis a ela, quando do seu recebimento	PÚBLICO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO</li> </ul>
Variação de até 15% (quinze por cento), para mais ou para menos, da demanda projetada dos RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS gerados por ano,	PRIVADO E PÚBLICO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, quando for o</li> </ul>

<b>RISCO</b>	<b>ALOCAÇÃO</b>	<b>MITIGAÇÃO</b>
em relação à quantidade estimada por tonelada/ano no CADERNO DE ENCARGOS		caso, de acordo com as regras de compartilhamento
<b>RISCOS FINANCEIROS</b>		
Não obtenção do retorno econômico previsto pelo privado	PRIVADO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Gestão contratual da CONCESSIONÁRIA</li> </ul>
Variação dos custos de insumos operacionais, de manutenção, de compra, de investimentos, dentre outros dessa natureza	PRIVADO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Gestão contratual da CONCESSIONÁRIA</li> </ul>
Variação dos custos e da produtividade da mão de obra empregada pela CONCESSIONÁRIA na consecução das atividades objeto da CONCESSÃO	PRIVADO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Gestão contratual da CONCESSIONÁRIA</li> </ul>
Custos diretos e indiretos relacionados a invasões de imóveis (com exceção das CMRs e dos GALPÕES DE TRIAGEM MANUAL) que tenham sido disponibilizados livres e desembaraçados pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA	PRIVADO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Gestão contratual da CONCESSIONÁRIA</li> </ul>
Obtenção de financiamentos pela CONCESSIONÁRIA	PRIVADO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Gestão contratual da CONCESSIONÁRIA</li> </ul>

RISCO	ALOCAÇÃO	MITIGAÇÃO
Aumento do custo de empréstimos e financiamentos a serem obtidos pela CONCESSIONÁRIA para a realização de investimentos ou custeio das operações objeto da CONCESSÃO	PRIVADO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Gestão contratual da CONCESSIONÁRIA</li> </ul>
Prejuízos decorrentes da gestão ineficiente do objeto do CONTRATO	PRIVADO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Gestão contratual da CONCESSIONÁRIA</li> </ul>
Criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, exceto os impostos sobre a renda, após a data de apresentação da PROPOSTA COMERCIAL	PÚBLICO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO</li> </ul>
Variação do número de USUÁRIOS sujeitos ao pagamento de tarifa social ou isentos do pagamento de TARIFAS, inferior a 2% (dois por cento) ou superior 5% (cinco por cento) do número de USUÁRIOS, de acordo com a base cadastral	PÚBLICO e PRIVADO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, quando for o caso, de acordo com as regras de compartilhamento</li> </ul>
Inadimplência superior a 15% (quinze por cento) dos USUÁRIOS quanto ao pagamento das TARIFAS apurada anualmente	PÚBLICO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO</li> </ul>
Inadimplência dos USUÁRIOS PÚBLICOS	PÚBLICO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reequilíbrio econômico-financeiro do</li> </ul>

RISCO	ALOCAÇÃO	MITIGAÇÃO
		CONTRATO, desde que não implique aumento das TARIFAS dos USUÁRIOS
Variação na taxa de câmbio	PRIVADO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gestão contratual da CONCESSIONÁRIA</li> </ul>
RISCOS AMBIENTAIS E REGULATÓRIOS		
Embargo do empreendimento, novos custos, necessidade de alteração dos projetos e/ou emissão de novas autorizações pelos órgãos competentes em razão da não observância da legislação ambiental vigente	PRIVADO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Regularização pela CONCESSIONÁRIA, sem reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO</li> <li>• Execução de seguros contratados</li> </ul>
Não observância das diretrizes ambientais constantes do EDITAL ou alteração das concepções, projetos ou especificações por ato ou fato imputável à CONCESSIONÁRIA, que implique emissão de nova(s) licença(s)	PRIVADO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Regularização pela CONCESSIONÁRIA, sem reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO</li> <li>• Execução de seguros contratados</li> <li>• Execução da garantia de execução</li> <li>• Aplicação de sanções contratuais</li> </ul>

RISCO	ALOCAÇÃO	MITIGAÇÃO
Demora por parte dos órgãos públicos competentes em conceder as licenças ambientais requeridas em tempo hábil pela CONCESSIONÁRIA, desde que cumpridas todas as exigências	PÚBLICO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO</li> <li>• Repactuação das metas e prazos</li> </ul>
Responsabilidade ambiental sobre os passivos ambientais já existentes ou originados em data anterior à DATA DE INÍCIO DOS SERVIÇOS, ainda que verificados ou conhecidos após tal data, bem como pelas condicionantes, remediações, compensações ou quaisquer outros compromissos ambientais de responsabilidade dos MUNICÍPIOS	PÚBLICO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO</li> </ul>
Responsabilidade pelos danos ambientais comprovadamente decorrentes das obras de implantação da CONCESSÃO	PRIVADO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Regularização pela CONCESSIONÁRIA, sem reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO</li> <li>• Execução de seguros contratados</li> <li>• Execução da garantia de execução</li> <li>• Aplicação de sanções contratuais</li> </ul>

RISCO	ALOCAÇÃO	MITIGAÇÃO
Impactos decorrentes de descobertas arqueológicas	PÚBLICO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO</li> <li>• Revisão dos prazos previstos no CONTRATO, incluindo as metas e os INDICADORES DE DESEMPENHO</li> </ul>
<b>RISCOS JURÍDICOS</b>		
Alteração legislativa de caráter específico que produza impacto direto sobre as receitas da CONCESSIONÁRIA	PÚBLICO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO</li> </ul>
Modificação unilateral do CONTRATO pelo PODER CONCEDENTE	PÚBLICO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO</li> </ul>
Ocorrência de fato do príncipe, fato da Administração ou de interferências imprevistas, bem como de fatos considerados como de caso fortuito e de força maior que não possam ser objeto de cobertura aceita por instituições seguradoras no mercado brasileiro há pelo menos 2 (dois) anos anteriores à época da ocorrência do evento, até o limite de apólices	PÚBLICO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO</li> <li>• Revisão dos prazos previstos no CONTRATO, incluindo as metas</li> <li>• Extinção da CONCESSÃO</li> </ul>

RISCO	ALOCAÇÃO	MITIGAÇÃO
comercialmente aceitáveis e oferecidas por pelo menos duas empresas do ramo, com exceção dos riscos seguráveis		
Greve e dissídio coletivo de empregados da CONCESSIONÁRIA e/ou de fornecedores, subcontratados de materiais e serviços da CONCESSIONÁRIA	PRIVADO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Gestão contratual da CONCESSIONÁRIA</li> </ul>
Manifestações sociais e/ou públicas que afetem de qualquer forma a execução dos serviços, caso as perdas e danos causados por tais eventos não sejam objeto de cobertura de seguros oferecidos no Brasil na data de sua ocorrência	PÚBLICO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO</li> </ul>
Decisão administrativa, judicial ou arbitral que impeça ou impossibilite a CONCESSIONÁRIA de cobrar as TARIFAS ou de reajustá-las de acordo com o estabelecido no CONTRATO, exceto nos casos em que a CONCESSIONÁRIA tiver dado causa a tal decisão	PÚBLICO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO</li> </ul>

RISCO	ALOCAÇÃO	MITIGAÇÃO
<p>Não celebração, descumprimento ou extinção de convênio firmado entre a CONCESSIONÁRIA e o PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA para a gestão comercial compartilhada, que afete a cobrança das TARIFAS devidas à CONCESSIONÁRIA, por atos e fatos não imputáveis à CONCESSIONÁRIA</p>	<p>PÚBLICO</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO</li> </ul>
<p>A rescisão do convênio firmado entre a CONCESSIONÁRIA e o PRESTADOR DO SERVIÇO DE ÁGUA para a gestão comercial compartilhada, por atos ou fatos imputáveis à CONCESSIONÁRIA</p>	<p>PRIVADO</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A CONCESSIONÁRIA deverá assumir a gestão comercial</li> </ul>
<p>Inclusão, retirada ou exclusão de qualquer MUNICÍPIO do CGIRS-CARIRI</p>	<p>PÚBLICO</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO</li> </ul>